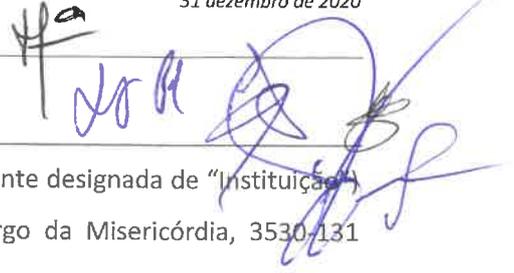


Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	11
6	Ativos Intangíveis.....	12
7	Inventários	13
8	Rédito.....	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	15
10	Benefícios dos empregados.....	16
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
12	Outras Informações	17
12.1	Investimentos Financeiros.....	17
12.2	Créditos a Receber.....	18
12.3	Outros Ativos Correntes	18
12.4	Diferimentos	19
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	19
12.6	Fundos Patrimoniais	19
12.7	Fornecedores.....	20
12.8	Estado e Outros Entes Públicos	21
12.9	Outros Passivos Correntes.....	21
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	23
12.11	Fornecimentos e serviços externos	23
12.12	Outros rendimentos.....	25
12.13	Outros gastos.....	26
12.14	Resultados Financeiros	26
12.15	Acontecimentos após data de Balanço	27



1 Identificação da Entidade

O “Centro Social e Cultural da Paróquia de Mangualde” (doravante designada de “Instituição”) é uma entidade sem fins lucrativos, com sede social no Largo da Misericórdia, 3530-131 Mangualde. Tem como atividade principal:

- Apoio social para pessoas idosas; e,
- Apoio social para infância.

Para tal, a Instituição desenvolve as seguintes respostas sociais:

- Setor infância: creche, jardim de infância, CATL (centro de atividades de tempos livres); e,
- Setor sénior: ERPI (estrutura residencial para pessoas idosas) SAD (serviços de apoio domiciliário) e centro de dia.

Para além destas respostas sociais, o CSCPM tem ainda outras atividades, nomeadamente, atividades associativas, Cantina Social e Rendimento Social Inserção (RSI).

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 215/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 82592/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

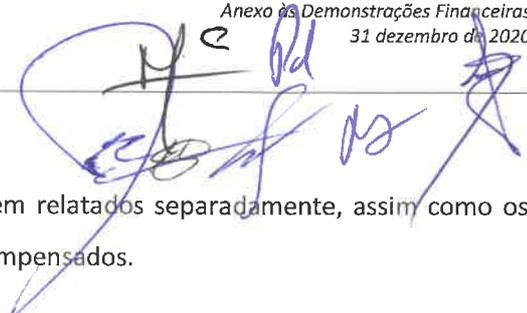
Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e,
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

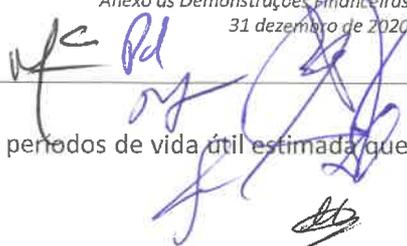
3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de



bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	6 a 10
Equipamento de transporte	5 a 10
Equipamento biológico	5 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	5 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3 a 10
Programas de Computador	3 a 5
Propriedade industrial	3 a 10
Outros Ativos Intangíveis	3 a 10

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

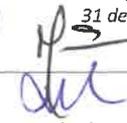
- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.



De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.4 Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a conclusão e venda dos mesmos. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim refletir o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão. Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	2.845.365,82	0,00	0,00	10.690,71	0,00	2.856.056,53
Equipamento básico	323.821,20	2.368,09	0,00	0,00	0,00	334.396,68
Equipamento de transporte	290.276,29	0,00	0,00	0,00	0,00	290.276,29
Equipamento administrativo	93.230,48	14.827,21	0,00	0,00	0,00	95.085,84
Outros Ativos fixos tangíveis	1.812,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812,81
Ativos fixos tangíveis em curso	10.690,71	0,00	0,00	-10.690,71	0,00	0,00
Total	3.565.197,31	12.430,84	0,00	0,00	0,00	3.577.628,15
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	555.019,77	54.215,67	0,00	0,00	0,00	609.235,44
Equipamento básico	315.974,62	4.443,31	0,00	0,00	0,00	320.417,93
Equipamento de transporte	275.636,28	4.880,00	0,00	0,00	0,00	280.516,28
Equipamento administrativo	77.052,68	5.206,59	0,00	0,00	0,00	82.259,27
Outros Ativos fixos tangíveis	1.812,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812,81
Total	1.225.496,16	68.745,57	0,00	0,00	0,00	1.294.241,73

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	2.856.056,53	0,00	0,00	0,00	0,00	2.856.056,53
Equipamento básico	334.396,68	3.043,95	0,00	0,00	0,00	337.440,63
Equipamento de transporte	290.276,29	0,00	0,00	0,00	0,00	290.276,29
Equipamento administrativo	95.085,84	2.430,71	0,00	0,00	0,00	97.516,55
Outros Ativos fixos tangíveis	1.812,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812,81
Total	3.577.628,15	5.474,66	0,00	0,00	0,00	3.583.102,81
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	609.235,44	54.217,27	0,00	0,00	0,00	663.452,71
Equipamento básico	320.417,93	4.048,26	0,00	0,00	0,00	324.466,19
Equipamento de transporte	280.516,28	4.880,00	0,00	0,00	0,00	285.396,28
Equipamento administrativo	82.259,27	4.522,01	0,00	0,00	0,00	86.781,28
Outros Ativos fixos tangíveis	1.812,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812,81
Total	1.294.241,73	67.667,54	0,00	0,00	0,00	1.361.909,27

Apenas se verificaram aquisições de bens no ano de 2020, tendo sido o investimento global na ordem dos 5.475,00 euros. O equipamento básico adquirido diz respeito essencialmente a aquisição de equipamentos de alojamento dos utentes (cama elevatória, colchões viscoelásticos, específicos para as necessidades dos utentes). Em equipamento administrativo

registou-se a aquisição de um computador, verificou-se também a aquisição de mobiliário e a aquisição de uma estrutura/cobertura em tubo galvanizado e chapa de fibra ondulada (estrutura necessária que permitiu as visitas dos familiares aos utentes, prevenção devido à pandemia COVID-19).

Em 2020 as depreciações ascenderam a 67.667,54 euros, o que se traduziu numa diminuição de cerca de 1.078,03 euros face ao período homólogo.

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	17.355,94	2.089,77	0,00	0,00	0,00	19.445,71
Total	17.355,94	2.089,77	0,00	0,00	0,00	19.445,71
Amortizações acumuladas						
Programas de Computador	16.493,65	1.183,99	0,00	0,00	0,00	17.677,64
Total	16.493,65	1.183,99	0,00	0,00	0,00	17.677,64

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	19.445,71	0,00	0,00	0,00	0,00	19.445,71
Total	19.445,71	0,00	0,00	0,00	0,00	19.445,71
Amortizações acumuladas						
Programas de Computador	17.677,64	1.071,34	0,00	0,00	0,00	18.748,98
Total	17.677,64	1.071,34	0,00	0,00	0,00	18.748,98

No ano de 2020 a Instituição não procedeu a aquisição de quaisquer bens relativos a ativos intangíveis. As depreciações ascenderam a 1.071,34 euros, o que se traduziu numa diminuição de cerca de 112,65 euros face ao período homólogo.

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2020		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.253,25	197.391,03	5.652,68	9.071,83	175.786,10	2.767,89	11.562,39
Total	5.253,25	197.391,03	5.652,68	9.071,83	175.786,10	2.767,89	11.562,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	187.919,77	0,00	0,00	176.063,43

Os inventários ascendem a 11.562,39 euros a 31 de dezembro de 2020, os quais se repartem da seguinte forma:

- Matérias-primas, subsidiárias e de consumo = 11.562,39 euros (2019: 9.071,38 euros), os quais correspondem maioritariamente a:
 - Géneros alimentares – 4.886,00 euros (2019: 5.100,38 euros); e,
 - Artigos de higiene e limpeza – 6.676,39 euros (2019: 3.971,45 euros).

Em 2020 registaram-se compras no montante de 175.786,10 euros, as quais registam uma diminuição de cerca de 21.605,00 euros face ao ano de 2019. O consumo ascendeu a 176.063,43 euros, o que face ao período homólogo apresenta um decréscimo de cerca de 11.856,00 euros.

8 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços		
Matrículas e Mensalidades de utentes	671.168,95	786.058,48
Outros serviços	22.123,22	19.458,73
Juros	2.143,43	2.284,81
Total	695.435,60	807.802,02

As matrículas e mensalidades dos utentes representam cerca de 97% (nos períodos em análise) da totalidade do rédito. Verificou-se um decréscimo na ordem dos 114.890,00 euros nas mensalidades recebidas em 2020 comparativamente com o ano de 2019, variação verificada quer no setor da infância, quer no setor sénior.

As matrículas e mensalidades dos utentes desdobram-se da seguinte forma e apresentaram as seguintes variações:

Descrição	2020	2019	Variação	Variação %
Creche	48 954,80	69 418,03	-20 463,23	-29,48%
Jardim de Infância	62 850,90	83 628,07	-20 777,17	-24,84%
Atividades de Tempos Livres	36 404,00	59 740,38	-23 336,38	-39,06%
ERPI	413 661,25	419 626,25	-5 965,00	-1,42%
Centro de Dia	35 313,50	63 987,00	-28 673,50	-44,81%
Apoio Domiciliário	73 984,50	89 658,75	-15 674,25	-17,48%
Total	671 168,95	786 058,48	-114 889,53	-157,10%

De notar que as valências creche e jardim de infância estiveram encerradas no período de 19/03/2020 até 17/05/2020, a valência ATL esteve encerrada entre 19/03/2020 até 31/05/2020. Neste período a Instituição não cobrou qualquer mensalidade aos utentes. De mencionar, igualmente, que no período subsequente se voltou a verificar novo encerramento desde 22/01/2021 a 14/03/2021, neste segundo encerramento a Direção decidiu pela cobrança de 20% do valor das mensalidades.

Devido à pandemia COVID-19 a valência Centro de Dia também foi afetada, passando os serviços a serem efetuados pelo SAD do mês de abril de 2020 até abril de 2021.

O conjunto das situações descritas em cima levou à diminuição da generalidade dos rendimentos referentes às mensalidades dos utentes (ver nota 9 – frequência média de utentes diminuiu face ao período homólogo em 84 utentes).

Os outros serviços dizem respeito à prestação de serviços secundários, nomeadamente, cobrança de fraldas, cuidados de imagem, cuidados de saúde, frequência nas piscinas, transporte e acompanhamento de utentes, bibes, atividades e serviços extra, entre outros. Em 2020 estes serviços ascenderam a 22.123,22 euros, o que comparativamente com o ano de 2019 registaram um aumento de cerca de 2.664,00 euros.

Os juros dizem respeito a juros obtidos de depósitos a prazo contratados pela Instituição.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo		
Subsídios à exploração	1.003.134,06	924.358,33
Total	1.003.134,06	924.358,33

A rubrica subsídios à exploração tem o seguinte detalhe:

Descrição	2020	2019	Variação	Variação %
ISS, IP - Centro Distrital				
Creche	171 776,00	167 761,83	4 014,17	2,39%
Jardim de Infância	165 653,76	165 653,76	0,00	0,00%
Centros de Atividades de Tempos Livres	34 767,32	33 735,48	1 031,84	3,06%
Intervenção Precoce	38 106,48	38 106,48	0,00	0,00%
Rendimento Social de Inserção	53 858,48	71 797,30	-17 938,82	-24,99%
POAPMC	1 065,10	790,56	274,54	34,73%
ERPI	205 448,09	196 562,42	8 885,67	4,52%
Centro de Dia	82 209,39	74 481,96	7 727,43	10,37%
Apoio Domiciliário	170 961,84	161 940,60	9 021,24	5,57%
Lay off	30 408,97	0,00	30 408,97	-
Assistência à família	1 593,64	0,00	1 593,64	-
Refeitórios	0,00	4 535,00	-4 535,00	-
IEFP	47 284,99	8 992,94	38 292,05	425,80%
Total	1 003 134,06	924 358,33	78 775,73	8,52%

As comparticipações financeiras recebidas pela Instituição, referentes aos acordos de cooperação realizados com o Instituto da Segurança Social, são atualizadas através de Portaria publicada em Diário da República. Verificou-se que no ano de 2020 estes montantes foram atualizados com base na Portaria n.º 88-C/2020 de 6 de abril, tendo registado um aumento face aos valores das comparticipações estabelecidas para o período de 2019.

Para o ano de 2020 temos a seguinte frequência média de utentes:

Valência	2020	2019	Variação
Creche	48	58	-10
Jardim de infância	58	69	-11
CATL	41	68	-27
Estrutura residencial para pessoas idosas	42	42	0
Centro de dia	28	54	-26
Serviço de apoio domiciliário	55	65	-10
Total	272	356	-84

Para além das comparticipações do ISS, de registar também os apoios transferidos a título de lay-off e apoio à família (apoios referentes ao COVID-19) e transferências do IEF – Instituto de Emprego e Formação Profissional a título de subsídios à exploração.

10 Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2020 e 2019 não usufruíram de quaisquer remunerações. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 90 e em 31/12/2020 foi de 89.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao pessoal	993.454,58	1.014.035,87
Indemnizações	1.019,98	0,00
Encargos sobre as Remunerações	202.624,14	221.670,07
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13.075,62	13.050,78
Outros Gastos com o Pessoal	37.768,40	15.081,44
Total	1.247.942,72	1.263.838,16

Os gastos com o pessoal registaram uma diminuição de cerca de 15.895,44 euros, o que corresponde a uma variação percentual de cerca de 1%. O número médio de funcionários diminuiu face ao ano de 2019 em apenas 1. Para justificação da redução dos gastos com o pessoal de notar que ocorreram as seguintes situações no ano de 2020:

- 27 funcionários em lay off;
- 13 funcionários usufruíram do apoio financeiro excecional à família;
- 12 funcionários estiveram em isolamento; e,
- 3 funcionários estiveram de baixa profilática.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Outros investimentos financeiros	1.744.935,46	1.800.716,74
Total	1.744.935,46	1.800.716,74

A Instituição possui uma carteira diversificada de investimentos financeiros, onde se destacam fundos de investimento e obrigações. Os investimentos financeiros detidos pela Instituição registaram no período findo de 31 de dezembro as seguintes valorizações decorrentes da aplicação do justo valor:

- Ganhos por aumento do justo valor a 31 de dezembro:
 - 2020 – 31.649,81 euros, 2019 – 90.253,14 euros
- Perdas por redução do justo valor a 31 de dezembro:
 - 2020 – 12.836,83 euros, 2019 – 2.128,92 euros

Para além das valorizações referidas ocorreu também o resgate dos seguintes produtos financeiros no ano de 2020:

- Nordea 1 Stable Return E (15,16€) – montante resgatado de 95.580,47 euros;
- CFG Liquidez – montante resgatado de 35.757,35 euros; e,
- CXG Obrigações – montante resgatado de 99.792,30 euros.

A Instituição detém uma garantia bancária no montante de 5.000,00 euros, com o contrato n.º N00370194.0, data de emissão em 16/09/2011, contratada junto da entidade bancária Novo Banco, S.A..

Nos outros investimentos financeiros estão também incluídos os Fundos de Compensação do Trabalho (2020: 8.414,65 euros, 2019: 6.818,34 euros), e um depósito a prazo contratado pelo prazo de 2 anos (início em 10/03/2020 e vencimento em 10/03/2022), com uma taxa de 0,050% no montante de 36.655,25 euros.

12.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Cientes e Utentes c/c		
Utentes- saldo devedor	23.483,48	26.257,25
Utentes- saldo credor	3.822,58	2.259,28
Adiantamentos de clientes e utentes	20.956,38	33.386,94
Adiantamento a fornecedores	2.120,44	100,54
Total Saldo Devedor	25.603,92	26.357,79
Total Saldo Credor	24.778,96	35.646,22

De notar que nos anos de 2019 e 2020 não foram registadas quaisquer imparidades, no entanto em 2019 foram registados cerca de 18.824,50 euros referentes a dívidas incobráveis (deliberação em Ata da Direção – ata n.º 119/2019 de 28/11/2019, ver nota 12.13, (desreconhecimento do ativo devido ao facto de não haver expectativa de recebimento dos montantes em dívida).

12.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal	116,26	282,29
Devedores por acréscimos de rendimentos	15,06	33,26
Outros Devedores	39.059,99	125.126,40
Total	39.191,31	125.441,95

A rubrica “Outros devedores” diz respeito maioritariamente a:

- Entidade Centro Distrital da Segurança Social:
 - O montante de 26.628,80 euros é referente à “Candidatura à compensação financeira do diferencial remuneratório 2019/2020” das Educadoras do Jardim de Infância da Instituição (submetida em 14/01/2021).
- IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
 - O montante de 11.684,00 euros (2019: 0,00 euros) (valor especializado, rendimento respeitante ao ano de 2020, apenas recebido no dia 04/01/2021 via transferência bancária).

Os devedores por acréscimos de rendimentos são referentes ao efeito de especialização dos juros a receber (proveniente do depósito a prazo contratado pela Instituição).

12.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer	9.190,84	6.181,86
Total	9.190,84	6.181,86

Os gastos a reconhecer dizem respeito maioritariamente a:

- Seguros (2020: 6.254,58 euros, 2019: 5.856,188 euros); e,
- Faturas de serviços prestados cujo período se estende até ao período de 2021 (2020: 2.936,26 euros, 2019: 325,68 euros).

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	1.520,79	981,42
Depósitos à ordem	329.660,49	174.860,83
Depósitos a prazo	0,00	36.618,07
Total	331.181,28	212.460,32

A Instituição possui apenas 1 caixa (caixa – sede) cujo montante a 31 de dezembro ascendia a 1.520,79 euros (numerário). Os depósitos à ordem registaram uma variação positiva face a 2019 em cerca de 154.800,00 euros, o que percentualmente corresponde a cerca de 89%.

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	366.975,54	0,00	0,00	366.975,54
Resultados transitados	2.542.950,85	168.414,88	0,00	2.711.365,73
Outras variações nos fundos patrimoniais	475.905,37	568.775,60	104.379,59	940.301,38
Total	3.385.831,76	737.190,48	104.379,59	4.018.642,65

Os Fundos Patrimoniais apresentaram variações nas rubricas “Resultados transitados” e em “Outras variações nos fundos patrimoniais”.

A rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” incorpora os seguintes movimentos:

- Regularização dos montantes referentes à Fábrica da Igreja através do reconhecimento na conta 594 – Doações do valor de 568.775,60 euros (ver nota 12.9). Este valor foi uma doação para a construção da ERPI, logo procedeu-se à regularização da conta 594 – Doações para a conta 56 – Resultados transitados na medida da taxa de depreciação associada ao edifício 2% (regularização anual de 11.375,51 euros);
- Efetuaram-se os devidos ajustamentos (da conta 594 para a conta 56) desde o ano de 2012 até ao ano em análise 2020 inclusive (9 anos) no qual foi regularizado o montante de 102.379,59 euros;
- Imputação a rendimento dos subsídios ao investimento registados na conta 593 no montante de 2.000,00 euros (com posterior contrapartida na conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos).

Na rubrica “Resultados transitados” registaram-se os seguintes movimentos:

- Verificou-se a aplicação do resultado líquido do período de 2019 no montante de 66.035,29 euros em resultados transitados, aplicação aprovada em Conselho de Fiscal (22/06/2020) e em reunião de Direção (25/06/2020).

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	8.210,60	15.207,76
Fornecedores com adiantamento	2.120,44	100,54
Total	6.090,16	15.107,22

A 31 de dezembro de 2020 o montante em dívida a fornecedores acendeu a 8.210,60 euros (2019: 15.207,76 euros), o que corresponde a uma diminuição face ao período homólogo de 6.997,16 euros.

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.660,99	6.418,14
Total	6.660,99	6.418,14
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.820,39	5.702,25
Segurança Social	22.835,39	24.385,34
Outros Impostos e Taxas	160,49	134,11
Total	28.816,27	30.221,70

O montante registado em ativo é referente aos pedidos de reembolsos de IVA submetidos à Autoridade Tributária. Ao abrigo do DL n.º 84/2017 de 21 de julho as IPSS beneficiam da restituição total ou parcial do montante equivalente ao IVA – art.º 1, al c), quanto a:

- Construção, manutenção e conservação dos imóveis utilizados, total ou principalmente, na prossecução dos fins estatutários;
- Elementos do ativo fixo tangível sujeitos a depreciação utilizados única e exclusivamente na prossecução dos respetivos fins estatutários, com exceção de veículos e respetivas reparações;
- e,
- Aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas.

O art.º 4º do mesmo diploma estabelece o montante a restituir (no caso em análise 50% do valor equivalente ao IVA) e art.º 3º estabelece quais os limites ao benefício.

12.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Credores por acréscimo de gastos	191.667,23	192.686,76
Outros credores	70.417,96	746.173,63
Adiantamentos de clientes e utentes	20.956,38	33.386,94
Saldos credores de clientes e utentes	3.822,58	2.259,28
Total	286.864,15	974.506,61

A rubrica “Credores por acréscimo de gastos” subdivide-se da seguinte forma:

- Remunerações a liquidar e respetivos encargos – 2020: 178.502,94 euros, 2019: 182.147,24 euros;
- Outras despesas – 2020: 13.164,29 euros, 2019: 10.539,52 euros (referentes a documentos emitidos no ano de 2021 com gastos referentes ao ano de 2020 – princípio do acréscimo), segue identificação dos principais gastos acrescidos:

- Serviços de revisão legal de contas – 8.118,00 euros;
- Fundação Cónego Monteiro (gastos com eletricidade e água) – 3.291,76 euros;
e,
- Água, gás e eletricidade – 1.754,53 euros.

A rubrica “Outros credores” discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019	Variação	Variação %
Caução - Costeira Empreiteiros	66 070,19	66 070,19	0,00	0,00%
Outras Entidades	4 346,97	9 771,84	-5 424,87	-55,52%
Penhoras	0,80	0,00	0,80	-
Fabrica da Igreja de Mangualde	0,00	670 283,60	-670 283,60	-100,00%
Recibos Verdes	0,00	48,00	-48,00	-100,00%
Total	70 417,96	746 173,63	-675 755,67	-90,56%

- A Instituição já tentou diversas vezes comunicação com a Entidade “Costeira Empreiteiros - Sociedade de Construções, S.A.” no sentido da liquidação da caução, mas até ao momento ainda não se mostraram disponíveis para regularizar esta situação, motivo pelo qual não apresenta variação face ao ano de 2019. A Instituição prevê a regularização deste valor no decorrer do ano de 2021;
- Quanto à rubrica “Fábrica da Igreja de Mangualde”, na data de 15/06/2020 a Fábrica da Igreja elaborou uma declaração onde declarou que as perdas existentes de todos os títulos BES Due 6.875% (agora NB Due 6.875%) e Rio Forte fossem registados na conta corrente existente entre as duas entidades, e que o valor que permanecesse nessa conta corrente fosse considerado como uma doação efetuada para a construção da ERPI. Neste seguimento, o montante que se encontrava em dívida a 31 de dezembro de 2019, 670.283,60 euros (contabilizado na conta 2786), foi regularizado da seguinte forma (ver em conjunto com a nota 12.6):
 - Transferência bancária de 40.000,00 euros do Centro para a Fábrica da Igreja (em maio de 2020);
 - Regularização da conta 2789935 – Rio Forte no valor de 50.000,00 (abatimento à conta corrente 2786);
 - Reconhecimento de 11.508,00 euros de perdas referentes ao produto financeiro NB Due 6.875% (abatimento à conta corrente 2786);
 - Regularização do montante em dívida de 568.775,60 euros (da conta 2786) para a conta 594 – Doações – tal como vontade expressa na Declaração elaborada pela Fábrica da Igreja.

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
ISS, IP – Centro Distrital	955.849,07	924.358,33
Outras entidades, doações e heranças	74.639,31	6.380,97
Total	1.030.488,38	930.739,30

Os “Subsídios do Estado e outros entes públicos” encontram-se divulgados na Nota 9.

Os donativos repartem-se em donativos em valor (numerário e transferência bancária) e donativos em espécie (equipamentos de proteção individual para combate à pandemia COVID-19 e bens alimentares). As doações aumentaram cerca de 20.973,00 euros face ao ano de 2019 (variação positiva de cerca de 329%).

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	380,00	1.400,00
Serviços especializados	52.499,48	69.949,58
Materiais	17.671,21	12.654,01
Energia e fluidos	75.014,99	75.653,95
Deslocações, estadas e transportes	128,17	537,56
Serviços diversos	71.823,84	59.571,12
Total	217.517,69	219.766,22

Os gastos com fornecimentos e serviços externos registaram uma variação negativa global de 2.248,53 euros face ao período homólogo, o que percentualmente corresponde a uma diminuição de cerca de 1%.

Segue uma análise mais pormenorizada à estrutura dos Fornecimentos e Serviços Externos com ponderações e respetivas variações face ao ano transato:

Descrição	2020	Ponderação	2019	Ponderação	Variação	Variação %
Limpeza, higiene e conforto	49 234,51	22,63%	31 841,09	14,49%	17 393,42	54,63%
Eletricidade	34 241,18	15,74%	31 536,86	14,35%	2 704,32	8,58%
Gás	22 113,86	10,17%	22 002,72	10,01%	111,14	0,51%
Trabalhos especializados	19 637,38	9,03%	16 699,25	7,60%	2 938,13	17,59%
Conservação e reparação	16 603,15	7,63%	28 878,81	13,14%	-12 275,66	-42,51%
Outros serviços	13 154,12	6,05%	16 783,22	7,64%	-3 629,10	-21,62%
Honorários	12 675,52	5,83%	20 570,50	9,36%	-7 894,98	-38,38%
Combustíveis	9 838,78	4,52%	12 486,78	5,68%	-2 648,00	-21,21%
Água	8 821,17	4,06%	9 627,59	4,38%	-806,42	-8,38%
Vestuário e Calçado	5 848,52	2,69%	654,38	0,30%	5 194,14	793,75%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 253,24	2,42%	4 867,52	2,21%	385,72	7,92%
Seguros	5 221,94	2,40%	4 969,34	2,26%	252,60	5,08%
Rendas e alugueres	3 600,00	1,66%	3 600,00	1,64%	0,00	0,00%
Material Didático	3 382,40	1,55%	4 189,49	1,91%	-807,09	-19,26%
Material de escritório	2 217,52	1,02%	2 025,78	0,92%	191,74	9,46%
Comissões	2 080,64	0,96%	1 971,25	0,90%	109,39	5,55%
Vigilância e segurança	1 384,96	0,64%	1 736,54	0,79%	-351,58	-20,25%
Rouparia	744,53	0,34%	0,00	0,00%	744,53	-
Comunicação	593,27	0,27%	576,97	0,26%	16,30	2,83%
Subcontratos	380,00	0,17%	1 400,00	0,64%	-1 020,00	-72,86%
Artigos para oferta	225,00	0,10%	916,84	0,42%	-691,84	-75,46%
Deslocações, estadas e transportes	128,17	0,06%	537,56	0,24%	-409,39	-76,16%
Publicidade e propaganda	117,83	0,05%	93,23	0,04%	24,60	26,39%
Contencioso e notariado	20,00	0,01%	1 800,50	0,82%	-1 780,50	-98,89%
	217 517,69	100,00%	219 766,22	100,00%	-2 248,53	-1,02%

Os gastos com maior ponderação na estrutura de FSE's da Instituição são:

- Limpeza, higiene e conforto – cerca de 23% (2020: 49.234,51 euros, 2019: 31.841,09 euros, variação positiva de 17.393,42 euros, +54,63%);
- Eletricidade – cerca de 16% (2020: 34.241,18 euros, 2019: 31.536,86 euros, aumento de 2.704,32 euros, +8,58%);
- Gás – cerca de 10% (2020: 22.113,86 euros, 2019: 22.002,72 euros, acréscimo de 111,14 euros, +0,51%);
- Trabalhos especializados – cerca de 9% (2020: 19.637,38 euros, 2019: 16.699,25 euros, variação positiva de 2.938,13 euros, +17,59%); e,
- Honorários – cerca de 6% (2020: 12.675,52 euros, 2019: 20.570,50 euros, diminuição de 7.894,98 euros, -38,38%).

Os gastos com limpeza, higiene e conforto aumentaram cerca de 55% comparativamente ao ano de 2019, facto justificável devido à necessidade de aquisição de materiais de desinfeção indispensável ao combate ao vírus COVID-19.

De notar, também, que, os gastos referentes a conservação e reparação (2020: 16.603,15 euros, 2019: 28.878,81 euros) diminuíram no montante de 12.275,66 euros, cerca de 43% comparativamente ao período homólogo.

12.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Descontos de pronto pagamento obtidos	21,13	130,85
Recuperação de dívidas a receber	35,00	0,00
Ganhos em inventários	3.522,35	0,00
Outros rendimentos e ganhos	16.358,30	9.785,77
Total	19.936,78	9.916,62

Os outros rendimentos registaram uma variação negativa de cerca de 10.020,00 euros face ao período homólogo (diminuição de cerca de 101%), tendo as principais variações ocorrido nas rubricas ganhos em inventários e outros rendimentos e ganhos.

O montante inscrito na rubrica “ganhos em inventários”, 3.522,35 euros, diz respeito a uma indemnização da seguradora Tranquilidade, devido a um sinistro ocorrido na central telefónica da Instituição (recebimento através do cheque n.º 7051524181).

A rubrica “outros rendimentos e ganhos” apresenta a seguinte discriminação:

Descrição	2020	2019	Variação	Variação %
Correções relativas a períodos anteriores				
Correção de participação do ISS, IP	2 089,72	1 928,82	160,90	8,34%
Outras correções	10 960,23	4 591,69	6 368,54	138,70%
Imputação de subsídios para investimentos	2 000,00	2 000,00	0,00	0,00%
Outros não especificados	1 308,35	1 265,26	43,09	3,41%
Total	16 358,30	9 785,77	6 572,53	67,16%

- O montante de 2.089,72 euros (2019: 1.928,82 euros) diz respeito a acertos efetuados pela Segurança Social nos acordos de cooperação ao longo do ano (acerto frequência utentes, vagas reservadas do ERPI);
- O valor de 10.960,23 euros (2019: 4.591,69 euros) diz respeito maioritariamente a acertos referente à especialização das férias e subsídios de férias realizado em 2019 (3.958,44 euros) e correção de contas com saldos errados à data de 31 de dezembro de 2020 (6.353,87 euros);
- O valor de 2.000,00 euros (2019: 2.000,00 euros) é referente à imputação de subsídios para investimentos (ver nota 12.6).

12.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	371,07	843,80
Dividas incobráveis	0,00	18.824,50
Outros Gastos e Perdas	6.234,14	9.424,86
Total	6.605,21	29.093,16

Os outros gastos registaram um decréscimo de cerca de 22.488,00 euros face ao período findo em 31 de dezembro de 2019 (diminuição de cerca de 77%), esta diferença é justificada principalmente pelo registo em 2019 de dividas incobráveis de utentes. No dia 28/11/2019 (ata n.º 119/2019) a Direção da Instituição deliberou registar como incobráveis dívidas dos utentes:

- Valência SAD – 3.235,00 euros;
- Valência CD – 5.191,25 euros;
- Valência Creche – 4.043,50 euros;
- Valência Jardim de Infância – 4.245,00 euros;
- Valência CATL – 2.109,75 euros.

A rubrica “outros gastos e perdas” diz respeito maioritariamente a correções referentes a períodos anteriores (2020: 4.480,55 euros, 2019: 2.426,75 euros) e “Outros não especificados” (2020: 1.356,09 euros, 2019: 6.623,11 euros) referente às aulas de yoga, piscinas, proporcionados pela Instituição aos utentes (a diminuição verificada é justificada pela pandemia COVID-19, cumprimento das normas emanadas pela Direção Geral de Saúde).

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	123,02	0,00
Total	123,02	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2.143,43	2.284,81
Total	2.143,43	2.284,81
Resultados Financeiros	2.020,41	2.284,81

Os juros obtidos são referentes aos juros obtidos do depósito a prazo contratado pela Instituição (ver nota 12.5).

12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção da Instituição.

A Direção não pode dissociar-se do problema do COVID-19 que emergiu em Portugal no mês de março de 2020. Sabemos que os diversos países ainda não avançam com as consequências económicas detalhadas resultantes da pandemia, mas estima-se que este facto possa esfriar as principais economias mundiais o que indiretamente irá afetar o crescimento económico de Portugal quer ao nível industrial / comercial quer ao nível dos comportamentos das famílias.

Nesta data, não existe informação que nos permita quantificar, com algum grau de certeza, os impactos que se poderão verificar nas várias dimensões em que a Instituição se insere, nomeadamente, de natureza social, política, económica e financeira.

Mangualde, 26 / Junho / 2021

A Direção
Paulo Domingos

O Contabilista Certificado

Alfredo Mota

João de Sá
Paulo António Almeida

Maria Sebastião
Augusto Marcelino
António Roberto